

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	59
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	706.001
Preferenciais	0
Total	706.001
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.819.764	1.696.402	1.617.465
1.01	Ativo Circulante	44.045	45.091	147.445
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.230	13.846	121.816
1.01.03	Contas a Receber	25.887	24.114	21.778
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	25.887	24.114	21.778
1.01.03.02.01	Contas a Receber	25.887	23.110	20.770
1.01.03.02.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	0	1.004	1.008
1.01.04	Estoques	0	0	132
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.224	3.171	1.578
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.224	3.171	1.578
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.443	3.692	2.141
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	261	268	0
1.01.08.03	Outros	261	268	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.775.719	1.651.311	1.470.020
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	154.604	92.646	50.123
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	24.767	21.203	20.658
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Vinculada	24.767	21.203	20.658
1.02.01.03	Contas a Receber	1.123	4.428	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.123	4.428	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	102.564	54.055	19.948
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	102.564	54.055	19.948
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	7.675	37	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.475	12.923	9.517
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.475	12.923	9.517
1.02.03	Imobilizado	4.615	2.051	1.954
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.615	2.051	1.954
1.02.04	Intangível	1.609.043	1.545.266	1.403.088
1.02.04.01	Intangíveis	1.609.043	1.545.266	1.403.088
1.02.05	Diferido	7.457	11.348	14.855

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.819.764	1.696.402	1.617.465
2.01	Passivo Circulante	211.518	264.116	206.296
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.786	6.902	6.365
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.786	6.902	6.365
2.01.02	Fornecedores	25.477	15.008	14.133
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.477	15.008	14.133
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	25.477	15.008	14.133
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.936	3.609	3.631
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.936	3.609	3.631
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	54.378	164.117	82.843
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	54.400	49.227	44.276
2.01.04.02	Debêntures	-22	114.890	38.567
2.01.05	Outras Obrigações	46.036	63.747	54.248
2.01.05.02	Outros	46.036	63.747	54.248
2.01.05.02.04	Fornecedores - Partes Relacionadas	5.235	3.629	12.160
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	10.987	13.916	7.757
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	4.927	1.015	1.109
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	1.132	1.039	960
2.01.05.02.08	Transações com partes relacionadas	23.755	44.148	32.202
2.01.05.02.09	Adiantamento de seguros	0	0	60
2.01.06	Provisões	73.905	10.733	45.076
2.01.06.02	Outras Provisões	73.905	10.733	45.076
2.01.06.02.04	Provisão para investimentos em rodovias	31.734	10.733	45.076
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção em rodovias	42.171	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.085.530	1.048.364	1.095.876
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	638.049	542.625	686.135
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	572.308	542.625	585.714
2.02.01.02	Debêntures	65.741	0	100.421
2.02.01.02.01	Debêntures	65.741	0	100.421

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.02	Outras Obrigações	357.683	381.428	336.979
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	357.683	381.263	336.979
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	357.683	381.263	336.979
2.02.02.02	Outros	0	165	0
2.02.04	Provisões	89.798	124.311	72.762
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.366	554	610
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	663	250	199
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	749	304	411
2.02.04.01.05	Contingências Regulatórias	2.954	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	85.432	123.757	72.152
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	85.175	93.091	72.152
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	257	30.666	0
2.03	Patrimônio Líquido	522.716	383.922	315.293
2.03.01	Capital Social Realizado	706.001	473.001	338.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-183.285	-89.079	-22.708

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	401.103	445.830	486.973
3.01.01	Serviços prestados	262.593	242.129	247.025
3.01.02	Receita dos serviços de construção	150.406	204.206	242.720
3.01.03	Receitas Acessórias	12.811	23.425	21.362
3.01.04	Deduções dos serviços prestados	-24.707	-23.930	-24.134
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-392.979	-420.194	-417.902
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-242.573	-215.988	-175.182
3.02.02	Custo dos serviços de construção	-150.406	-204.206	-242.720
3.03	Resultado Bruto	8.124	25.636	69.071
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.374	-22.410	-21.984
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.200	-22.410	-21.983
3.04.02.01	Remuneração da Administração	-1.903	-1.816	-1.526
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.282	-20.594	-20.457
3.04.02.03	Tributárias	-15	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-174	0	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-17.250	3.226	47.087
3.06	Resultado Financeiro	-125.465	-103.704	-70.490
3.06.01	Receitas Financeiras	7.229	13.087	6.678
3.06.02	Despesas Financeiras	-132.694	-116.791	-77.168
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-142.715	-100.478	-23.403
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	48.509	34.107	7.931
3.08.02	Diferido	48.509	34.107	7.931
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-94.206	-66.371	-15.472
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-94.206	-66.371	-15.472
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,13226	-0,16728	-0,05180

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-94.206	-66.371	-15.472
4.03	Resultado Abrangente do Período	-94.206	-66.371	-15.472

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19.786	22.606	47.959
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	109.164	103.580	114.665
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-94.206	-66.371	-15.472
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	90.933	77.881	47.083
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	366	390	257
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-48.509	-34.107	-7.931
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-2.250	-2.131	-1.776
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre mútuos	64.024	53.766	38.506
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	54.488	43.312	34.093
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	5.015	12.009	552
6.01.01.10	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	6.199	782	2.874
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	5.478	1.293	1.934
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	27.626	16.756	14.545
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-85.301	-67.814	-57.256
6.01.02.01	Contas a receber - Ativo	-2.005	-2.340	-9.335
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas - Ativo	1.004	4	-3
6.01.02.03	Impostos a recuperar - Ativo	-8.382	-1.460	-95
6.01.02.05	Depósitos judiciais - Ativo	106	245	0
6.01.02.06	Fornecedores - Passivo	-8.156	4.674	-6.959
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas - Passivo	550	249	2.237
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores - Passivo	-3.074	-3.229	-1.276
6.01.02.09	Obrigações sociais - Passivo	-116	537	-99
6.01.02.10	Obrigações fiscais - Passivo	3.811	0	179
6.01.02.13	Contas a pagar - partes relacionadas - Passivo	0	-10.000	0
6.01.02.14	Sinistros Recebidos - Passivo	0	-60	0
6.01.02.15	Outras contas a pagar - Passivo	1.607	71	528
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização - Passivo	0	79	55
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais - Passivo	-1.666	-1.349	-1.838
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos - Passivo	0	-19	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais - Passivo	-68.980	-55.216	-40.650
6.01.03	Outros	-4.077	-13.160	-9.450
6.01.03.01	Estoques - Ativo	0	132	-80
6.01.03.02	Despesas antecipadas - Ativo	-7.389	-1.588	-3.620
6.01.03.04	Outros créditos - Ativo	7	-268	0
6.01.03.05	Outras contas a receber - Ativo	3.305	-4.428	0
6.01.03.07	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Mútuo	0	-7.008	-5.750
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-145.294	-210.664	-239.900
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-2.855	-660	-1.824
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-140.681	-211.457	-235.341
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-1.758	0	-2.735
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	0	1.453	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	123.892	80.088	288.631
6.03.01	Captações de empréstimos	75.366	0	101.087
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-49.474	-40.962	-37.727
6.03.04	Emissão de debêntures	65.000	0	100.000
6.03.05	Pagamentos de debêntures - principal	-100.000	-33.950	0
6.03.07	Captações de empréstimos empresas ligadas	0	20.000	85.271
6.03.08	Pagamentos de principal - empresas ligadas	-100.000	0	0
6.03.14	Aumento de Capital	233.000	135.000	40.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.616	-107.970	96.690
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.846	121.816	25.126
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.230	13.846	121.816

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	473.001	0	0	-89.079	0	383.922
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	473.001	0	0	-89.079	0	383.922
5.04	Transações de Capital com os Sócios	233.000	0	0	0	0	233.000
5.04.01	Aumentos de Capital	233.000	0	0	0	0	233.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-94.206	0	-94.206
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-94.206	0	-94.206
5.07	Saldos Finais	706.001	0	0	-183.285	0	522.716

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	338.001	0	0	-22.708	0	315.293
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	338.001	0	0	-22.708	0	315.293
5.04	Transações de Capital com os Sócios	135.000	0	0	0	0	135.000
5.04.01	Aumentos de Capital	135.000	0	0	0	0	135.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.371	0	-66.371
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.371	0	-66.371
5.07	Saldos Finais	473.001	0	0	-89.079	0	383.922

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	298.001	0	0	-7.236	0	290.765
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	298.001	0	0	-7.236	0	290.765
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.000	0	0	0	0	40.000
5.04.01	Aumentos de Capital	40.000	0	0	0	0	40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.472	0	-15.472
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.472	0	-15.472
5.07	Saldos Finais	338.001	0	0	-22.708	0	315.293

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	425.636	469.760	511.107
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	262.593	242.129	247.025
7.01.02	Outras Receitas	163.043	227.631	264.082
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	150.406	204.206	242.720
7.01.02.03	Receitas acessórias	12.637	23.425	21.362
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-284.521	-316.299	-354.090
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.503	-3.715	-53.996
7.02.04	Outros	-259.018	-312.584	-300.094
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-150.406	-204.206	-242.720
7.02.04.02	Custos dos serviços prestados	-61.334	-72.168	-22.967
7.02.04.03	Custo da provisão para manutenção	-27.626	-16.756	-14.545
7.02.04.04	Custo da concessão	-19.652	-19.454	-19.862
7.03	Valor Adicionado Bruto	141.115	153.461	157.017
7.04	Retenções	-90.933	-77.881	-47.083
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-90.933	-77.881	-47.083
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	50.182	75.580	109.934
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.508	25.149	17.632
7.06.02	Receitas Financeiras	7.229	13.087	6.678
7.06.03	Outros	8.279	12.062	10.954
7.06.03.01	Juros Capitalizados	8.279	12.062	10.954
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.690	100.729	127.566
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.690	100.729	127.566
7.08.01	Pessoal	42.178	43.258	32.969
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.229	32.815	23.775
7.08.01.02	Benefícios	8.507	8.191	7.270
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.442	2.252	1.924
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-23.632	-10.178	21.727
7.08.02.01	Federais	-37.080	-23.094	8.646
7.08.02.02	Estaduais	2	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.02.03	Municipais	13.446	12.916	13.081
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76.211	80.254	49.836
7.08.03.01	Juros	59.517	51.249	38.658
7.08.03.02	Aluguéis	1.030	5.167	224
7.08.03.03	Outras	15.664	23.838	10.954
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	0	6.043	0
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados BNDES	3.586	6.809	10.954
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debêntures	3.578	5.253	0
7.08.03.03.04	AVP - Inv. Infra-Estrutura a Realizar Manutenção	0	5.733	0
7.08.03.03.06	Outras	8.500	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-94.206	-66.371	-15.472
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-94.206	-66.371	-15.472
7.08.05	Outros	65.139	53.766	38.506
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	64.024	53.766	38.506
7.08.05.02	Juros Capitalizados	1.115	0	0

Autopista Fernão Dias



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S.A submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Fernão Dias S.A. foi outorgada em Julho de 2007 através da licitação correspondente ao Edital nº 002/2007, constituída em 19 de dezembro de 2007 e teve suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), publicado em 15 de fevereiro de 2008, e tem por objetivo exclusivo a exploração do Lote 05 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/ MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O trecho administrado tem uma extensão de 562,1 km, passando pelos municípios de Guarulhos, São Paulo, Mairiporã, Atibaia, Bragança Paulista, Vargem, Extrema, Itapeva, Camanducaia, Cambuí, Estiva, Pouso Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Careagu, São Gonçalo do Sapucaí, Campanha, Três Corações, Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Lavras, Ribeirão Vermelho, Perdões, Santo Antônio do Amparo, Oliveira, Carmópolis de Minas, Itaguara, Itatiaiuçu, Rio Manso, Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Contagem. A Rodovia Fernão Dias exerce importante papel do ponto de vista econômico, pois faz parte do principal corredor rodoviário de interligação dos mais importantes pólos econômicos das regiões Sudeste e Sul do Brasil e destas com os principais países do MERCOSUL.

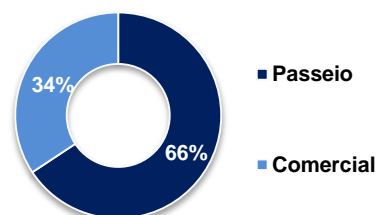
Atualmente, a Companhia opera oito praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Relatório da Administração**Autopista Fernão Dias**

Nome da Praça	Localização	Tarifa
Mairiporã P1 Norte	BR 381 KM 65+559	2,10
Mairiporã P1 Sul	BR 381 KM 66+572	2,10
Vargem P2	BR 381 KM 7+250	2,10
Cambuí P3	BR 381 KM 900+877	2,10
São Gonçalo do Sapucaí P4	BR 381 KM 805+129	2,10
Carmo da Cachoeira P5	BR 381 KM 735+506	2,10
Santo Antônio do Amparo P6	BR 381 KM 658+267	2,10
Carmópolis de Minas P7	BR 381 KM 597+677	2,10
Itatiaiuçu P8	BR 381 KM 545+937	2,10

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**Tráfego**

- O tráfego pedagiado totalizou 145 milhões de veículos equivalentes em 2016, redução de 3,7% em relação ao ano anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente a desaceleração da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial.

Tráfego PedagiadoVeículos Equivalentes
(milhões)**Composição do Tráfego – 2016**

Relatório da Administração

Autopista Fernão Dias



Receita

A receita bruta da companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 425,8 milhões em 2016, com queda de 9,4% em relação aos R\$ 469,8 milhões registrados em 2015.

A receita de pedágio aumentou 8,5%, passando de R\$ 242,1 milhões em 2015 para R\$ 262,6 milhões em 2016. A principal razão que levou ao aumento na receita foi o reajuste da tarifa.

As receitas acessórias, advindas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 12,8 milhões, redução de 45,3% em 2016. Em 2015 houve cobrança retroativa de anos anteriores, visto o encerramento de negociações no referido período oriundas na quase totalidade de aluguel de dutos para fibra óptica ao longo da rodovia.

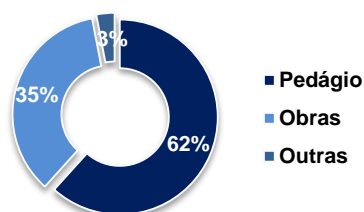
Já a receita de obras registrou redução R\$ 53,8 milhões (26,3%), passando de R\$ 204,2 milhões em 2015 para R\$ 150,4 milhões em 2016. Essa redução foi em decorrência de menor número de obras executadas ao longo da rodovia, em cumprimento ao cronograma de obras.

No ano de 2016 a companhia obteve receita líquida de R\$ 401,1 milhões, R\$ 44,7 milhões inferior ao ano de 2015.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2016



Relatório da Administração**Autopista Fernão Dias**

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Custo dos serviços de construção	(150,4)	(204,2)	-26,3%
Serviços de terceiros	(31,5)	(32,0)	-1,6%
Pessoal	(40,3)	(41,6)	-3,1%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(27,6)	(16,8)	64,3%
Conservação	(23,8)	(25,2)	-5,6%
Verba de fiscalização	(13,2)	(12,0)	10,0%
Seguros e garantias	(3,9)	(4,3)	-9,3%
Remuneração da Administração	(2,1)	(1,8)	16,7%
Consumo	(10,5)	(8,9)	18,0%
Outros	(23,9)	(17,9)	33,5%
Custos e despesas	(327,2)	(364,7)	-10,3%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram uma redução de (10,3%) em 2016 em comparação ao exercício de 2015. A redução foi ocasionada (i) pela variação da rubrica “custo de serviços da construção” registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado; (ii) pela variação dos demais custos e despesas abaixo relacionados:

- Redução de R\$ 1,3 milhão (3,1%) de custos com pessoal basicamente em decorrência a readequação do quadro funcional, além de redução de horas extras.
- Houve um aumento de R\$ 10,8 milhões, 64,3% na rubrica “Provisão p/ manutenção em rodovias” em razão da revisão da provisão frente à expectativa de manutenção na rodovia, segundo o contrato de concessão.
- Redução de R\$ 1,4 milhão (5,6%) em conservação da rodovia, a demanda dessa rubrica está relacionada às condições climáticas que em 2016 foi favorável devido ao menor volume de chuvas, além de recuperação de danos ao patrimônio.
- Aumento de R\$ 1,2 milhão (10%) de Verba de Fiscalização basicamente em decorrência à correção monetária pelo IPCA.
- Aumento de R\$ 1,6 milhão (18%) de Consumo basicamente em decorrência a elevação da energia elétrica, com novas bandeiras tarifárias, além de instalação de novos pontos de iluminação ao longo da rodovia.
- Aumento de R\$ 6,0 milhões (33,5%) na rubrica “Outros”, devido principalmente a despesas maiores com provisões para contingências jurídicas. Em 2016 a Sociedade constituiu provisão de riscos administrativos/regulatórios no valor de R\$3 milhões referente a autos de infrações emitidos pela ANTT. Tal decisão foi tomada diante do histórico de casos envolvendo situações semelhantes junto a Agência, no que se refere

Relatório da Administração**Autopista Fernão Dias**

a interpretações de conceitos existentes no Contrato de Concessão, além de custos com manutenção de equipamentos e materiais de consumo.

EBITDA			
R\$ milhões	2016	2015	Var.
Receita líquida	401,1	445,8	-10,0%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(327,2)	(364,7)	-10,3%
EBITDA ¹	73,9	81,1	-8,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	27,6	16,8	64,3%
EBITDA Ajustado	101,5	97,9	3,6%

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2 Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços na rodovia, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2016 em R\$ 101,5 milhões, com um acréscimo de 3,6% em relação ao exercício de 2015. Esse aumento é devido principalmente ao crescimento da receita de pedágio conforme mencionado anteriormente.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Receitas Financeiras	7,2	13,1	-45,0%
Despesas Financeiras	(132,7)	(116,8)	13,6%
Resultado Financeiro Líquido	(125,5)	(103,7)	21,0%

O resultado financeiro líquido de 2016 fechou negativo em R\$ 125,5 milhões, 21% maior em relação a 2015. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

Relatório da Administração

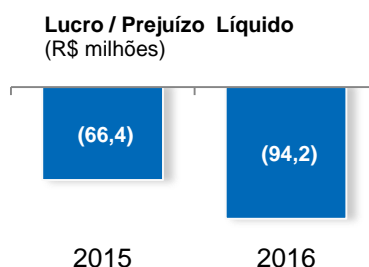
Autopista Fernão Dias



- As receitas financeiras apresentaram redução de R\$ 5,9 milhões, 45%. Esta redução está diretamente relacionada à diminuição das aplicações financeiras devido a menor disponibilidade de caixa.
- Enquanto que as despesas financeiras foram maiores em R\$ 15,9 milhões (13,6%) devido a novas captações de BNDES e Debêntures, ocasionando juros sobre essas captações e com variação da taxa IPCA e TJLP.

Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo líquido de R\$ 94,2 milhões, ante ao Prejuízo Líquido de R\$ 66,4 milhões comparados ao exercício anterior. Isso se deve principalmente ao aumento das despesas financeiras, conforme mencionado anteriormente, além de aumento nos custos de amortização do intangível.



Endividamento			
R\$ milhões	31/12/2016	31/12/2015	Var.
Dívida Bruta	692,4	706,7	-2,0%
Curto Prazo	54,4	164,1	-66,9%
Longo Prazo	638,0	542,6	17,6%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(37,0)	(35,0)	5,6%
Dívida Líquida	655,4	671,7	-2,4%

¹ Curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento bruto totalizava R\$ 692,4 milhões, apresentando redução de R\$ 14,3 milhões, 2% em relação ao ano anterior. A diminuição foi ocasionada pelos pagamentos de amortização da dívida no exercício.

Relatório da Administração

Autopista Fernão Dias



O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2016 em R\$ 655,4 milhões, apresentando redução de R\$ 16,3 milhões em relação ao montante de R\$ 671,7 milhões registrado no encerramento do exercício de 2015, devido a amortização da dívida. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 6,5x, ao final do exercício anterior esta relação era de 6,9x.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$ 143,5 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos, dentre os quais vale destacar: (i) a execução de terceiras faixas; (ii) manutenção do pavimento; (iii) implantação de trevo em desnível; (iv) implantação de dispositivos de Proteção e Segurança; e (v) recuperação de terraplenos e estruturas de contenção ao longo da Rodovia. Do montante desembolsado 64% para obras de melhoramento da rodovia, 33% foram para obras de recuperação e manutenção da rodovia e 3% para a operação da rodovia.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2016	2015
Empregos Diretos	772	827
Rotatividade	1,57%	2,56%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação igualitária de homens e mulheres, sendo em números 379 mulheres contra 393 homens. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 68,26% dos empregados. Destacamos que 14,25% possuem nível superior completo e 3,11% tem mestrado e ou pós-graduação. Ao longo de 2016, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 32.762 horas de treinamento, o que corresponde, a 42,43 horas de treinamento por profissional.

Relatório da Administração

Autopista Fernão Dias



Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

Com a meta de reduzir em 50% o total de acidentes nas rodovias sob concessão no período 2011-2020, a Arteris reforça constantemente as ações relativas à segurança viária. A Arteris criou o Grupo Estratégico de Redução de Acidentes (GERAR), responsável por estudos e planos de ação para zerar o número de acidentes no ambiente de trabalho e reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias. Desde setembro de 2014, a companhia realiza o Mês da Segurança Arteris, ação de conscientização pioneira no setor de concessões de rodovias.

Educação

A educação e a humanização do trânsito são prioridade na atuação da Arteris. Pensando nisso, a companhia criou o Projeto Escola, que há 15 anos desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública relacionadas à segurança no trânsito. A iniciativa foi vencedora do Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito em 2016. A mesma estratégia é aplicada para educadores e educandos com temas relacionados à questão ambiental por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações como o Passarela Viva, Viva Pedestre, Viva Ciclista, Viva Motociclista, Viva Seguro - que promove mensagens de segurança em empresas lindeiras -, e, desde 2016, o Viva Comunidade, que leva para as cidades os programas sociais já desenvolvidos em nossas rodovias, além de outros voltados à sustentabilidade, saúde e bem estar. No ano passado a empresa também criou o “Tô de Cinto, Tô Seguro”, por meio do qual conscientiza usuários de transporte público de longa distância.

Saúde

O Programa Saúde na Boleia já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

Meio Ambiente

A Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual o Grupo acompanha a execução das ações nesta área. A companhia ainda faz reciclagem de lixo e possui convênios com universidades para o controle da fauna.

Projetos culturais, sociais e esportivos

Relatório da Administração

Autopista Fernão Dias



A fim de promover cultura, esporte e saúde às cidades e municípios onde a Arteris atua também faz parte das estratégias da companhia o apoio a projetos locais por intermédio do incentivo fiscal.

Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar cultura e esporte a pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis já foram contempladas por grandes exposições, como Dalí, Joan Miró, Pablo Picasso e Antoni Gaudí patrocinadas pela empresa em parceria com o Instituto Tomie Ohtake. Além da Escola de Teatro Bolshoi, Projeto Guri, Festival ChorandoSemParar, Natal Luz de Lages/SC, Meia Maratona Rio Mafra, Projeto Kimono de Ouro de Araras/SP, Projeto Amparo (Idosos), GRAAC, AACD, Fundação Dorina Nowill e Hospital de Câncer de Barretos.

Voluntariado

O programa de voluntariado empresarial oferece aos colaboradores do grupo Arteris a possibilidade de participarem de ações voluntárias, aumentando a prática da cidadania e o compromisso com os valores da companhia, agregando assim, valor ao negócio. O Programa Voluntários tem como objetivo construir uma rede cada vez mais ampla de pessoas engajadas socialmente, movidas pelo sentimento colaborativo, promovendo o melhor relacionamento entre os colaboradores, comunidade e empresa.

AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fernão Dias S/A gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Relatório da Administração**Autopista Fernão Dias**

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no Relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Pouso Alegre, 15 de março de 2017.

A Administração

Diretoria

David Antonio Díaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/

Diretor de Relação com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho

Diretor Superintendente

Maurício Teodoro de Souza

Contador

CRC MG 076073-O-0

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheiro

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro

Notas Explicativas S.A.

Autopista Fernão Dias **S.A.**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2016 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$167.473 (R\$219.025 em 31 de dezembro de 2015).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2017.

2. CONCESSÕES

A Autopista Fernão Dias S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381- SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul – Mairiporã-

Notas Explicativas S.A.

SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 8,13 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 Bases de Serviços Operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 31 de dezembro de 2016 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$127.316 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$569.028 (R\$290.519 em 31 de dezembro de 2015) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$661.198 (R\$817.814 em 31 de dezembro de 2015) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$107.902.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

Notas Explicativas S.A.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$28,2 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras já estão em andamento e as demais estão no processo de projeto, orçamento e análise da ANTT

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

Notas Explicativas S.A.

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem contas a receber (nota explicativa nº 6) e contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 15).

Ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados, no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem as aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 8)

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12) e debêntures (nota explicativa nº 13)

Outros passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem saldos a pagar de fornecedores nacionais.

4.2 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.3 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com

Notas Explicativas S.A.

vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.4 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

a) Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

b) Provisão para manutenção

Notas Explicativas S.A.

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,40 % ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

c) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.9 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.10 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

4.11 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa [nº 18].

4.12 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.13 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(1)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(1)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(2)

Notas Explicativas S.A.

- (1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;
 (2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações fossem editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e contas bancárias	2.784	2.096
Aplicações financeiras (*)	<u>9.446</u>	<u>11.750</u>
Total	<u><u>12.230</u></u>	<u><u>13.846</u></u>

- (*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Debêntures compromissadas	32	1.210
Fundos de investimentos	<u>9.414</u>	<u>10.540</u>
Total	<u><u>9.446</u></u>	<u><u>11.750</u></u>

- (*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,87% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber (*)	12.426	-	12.376	-
Cartões de pedágio a receber	711	-	701	-
Receitas acessórias a receber (a)	12.750	1.123	10.033	4.428
Total	25.887	1.123	23.110	4.428

(*) Conforme nota explicativa [nº 25.c].

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em [31 de dezembro de 2016]. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos exercícios findos em [31 de dezembro de 2016 e de 2015] é como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(142.715)	(100.478)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	48.523	34.163
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças temporárias	(14)	(56)
Total	48.509	34.107
Crédito contabilizado	48.509	34.107
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	48.509	34.107
	48.509	34.107

Notas Explicativas S.A.**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	225.216	127.015
Provisão de participação nos lucros	2.307	1.949
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	4.366	554
Outras Provisões	1.858	817
Provisão para manutenção de rodovias	127.346	93.091
Amortização acumulada de obras futuras	6.085	5.839
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.967	1.624
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	227	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(65)	(32)
Base de cálculo ativa	369.894	231.444
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>125.764</u>	<u>78.691</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	8.442	4.220
Base de cálculo passiva	(68.236)	(72.458)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(23.200)</u>	<u>(24.636)</u>
Base de cálculo	<u>301.658</u>	<u>158.986</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>102.564</u>	<u>54.055</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	8.292
2018	8.292
2019	8.292
2020	8.292
Após 2021	92.596
	<u>125.764</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 43% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em [31 de dezembro de 2016] o saldo é de [R\$24.767 (R\$21.203 em 31 de dezembro de 2015)], aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a [99,87%] da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado					
Saldo em 31.12.2014	425	684	3.271	945	5.325
Adições	29	383	108	140	660
Alienações/baixas	-	-	(119)	-	(119)
Saldo em 31.12.2015	454	1.067	3.260	1.085	5.866
Adições	1.879	-	545	431	2.855
Transferências/Reclassificações	-	-	-	283	283
Alienações/baixas	(8)	-	(36)	(14)	(58)
Saldo em 31.12.2016	2.325	1.067	3.769	1.785	8.946
Depreciação acumulada					
Saldo em 31.12.2014	(217)	(520)	(2.291)	(343)	(3.371)
Depreciações	(43)	(71)	(232)	(98)	(444)
Saldo em 31.12.2015	(260)	(591)	(2.523)	(441)	(3.815)
Depreciações	(94)	(71)	(268)	(128)	(561)
Alienações/baixas	6	-	31	8	45
Saldo em 31.12.2016	(348)	(662)	(2.760)	(561)	(4.331)
Imobilizado líquido					
Saldo em 31.12.2015	194	476	737	644	2.051
Saldo em 31.12.2016	1.977	405	1.009	1.224	4.615
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2014	1.330.360	1.703	191.698	38	1.523.799
Adições	71.051	348	144.949	31	216.379
Transferências/Reclassificações	147.959	-	(147.959)	-	-
Alienações/baixas	(271)	-	-	-	(271)
Saldo em 31.12.2015	1.549.099	2.051	188.688	69	1.739.907
Adições	98.869	916	50.529	580	150.894
Transferências/Reclassificações	201.576	-	(201.859)	-	(283)
Alienações/baixas	(391)	-	-	-	(391)
Saldo em 31.12.2016	1.849.153	2.967	37.358	649	1.890.127
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(119.880)	(831)	-	-	(120.711)
Amortizações	(73.648)	(282)	-	-	(73.930)
Saldo em 31.12.2015	(193.528)	(1.113)	-	-	(194.641)
Amortizações	(86.052)	(429)	-	-	(86.481)
Alienações/baixas	38	-	-	-	38
Saldo em 31.12.2016	(279.542)	(1.542)	-	-	(281.084)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.355.571	938	188.688	69	1.545.266
Saldo em 31.12.2016	1.569.611	1.425	37.358	649	1.609.043
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade capitalizou o montante de R\$8.279 (R\$12.062 em 31 de dezembro de 2015) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2016 foi de 1,22% a.a. e 1,64% a.a. em 2015.

Notas Explicativas S.A.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659
Custos contratuais da concessão	8.876	8.876
Depreciações e amortizações	103	103
Conservação da rodovia	9.473	9.473
Serviços de terceiros	1.837	1.837
Tributários	2.229	2.229
Resultados financeiros	(690)	(690)
Outros gastos	2	2
	<u>37.065</u>	<u>37.065</u>
Amortização acumulada	<u>(29.608)</u>	<u>(25.717)</u>
	<u>7.457</u>	<u>11.348</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>		<u>31.12.2015</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de equipamentos – (FINAME) (a)	235	351	236	584
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	54.655	575.755	49.126	543.279
	<u>54.890</u>	<u>576.106</u>	<u>49.362</u>	<u>543.863</u>
Custo de transação	(490)	(3.798)	(135)	(1.238)
	<u>54.400</u>	<u>572.308</u>	<u>49.227</u>	<u>542.625</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2016	31.12.2015
(a)	Real	Finame	6,00%	jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	586	820
(b)	Real	BNDES	TJLP+2,21%	dez/29	Aval dos acionistas	630.410	592.405
						<u>630.996</u>	<u>593.225</u>

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	56.428
2019	62.436
2020	70.611
2021	76.459
A partir de 2022	310.172
	<u>576.106</u>

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, em 16 de dezembro de 2016 o BNDES autorizou a quitação, pela Sociedade de mútuos no valor de R\$100.000 e dessa forma, devolver os recursos para Controladora.

Notas Explicativas S.A.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	31.12.2016		31.12.2015
	Circulante	Não circulante	Circulante
Debêntures	-	65.935	115.127
Custo de transação	(22)	(194)	(237)
Total	(22)	65.741	114.890

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,52% a.a.	set/26	65.719	-

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
4ª emissão Única Série	15.05.2016	65.000	1.000	14.11.2016	65.719
		<u>65.000</u>			<u>65.719</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$25.477, (R\$15.008 em 31 de dezembro de 2015), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$10.987 (R\$13.916 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em [31 de dezembro de 2016 e de 2015], com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Coligadas</u>		
Contas a receber:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda	-	1.004
Total	<u>-</u>	<u>1.004</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	-	44.148
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	23.755	-
 <u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	1.520	1.722
 <u>Coligadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	3.715	1.285
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	-	622
Total	<u>28.990</u>	<u>47.777</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	357.683	360.325
 <u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	-	20.938
Total	<u>357.683</u>	<u>381.263</u>

Notas Explicativas S.A.

Contas de Resultado:	31.12.2016			31.12.2015		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas / Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	65.139	6.660	-	53.766	6.451
Coligadas						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	20.426	-	-	10.572	-	-
Total	20.426	65.139	6.660	10.572	53.766	6.451

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo. Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do grupo, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 3ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris S.A, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para [19 de agosto de 2017].

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
19.08.2015	21.08.2017	CDI + 1,500% a.a.	20.000	3.755	20.000	938
			20.000	3.755	20.000	938

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em [dezembro de 2019], conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	10.000	9.763
17.09.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	13.000	12.588
06.10.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	13.000	12.433
27.10.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.022	23	13.000	12.256
05.11.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	17.000	20.132	17.000	15.920
28.11.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	12.000	14.009	12.000	11.059
05.12.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	16.000	18.599	16.000	14.675
19.12.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	16.000	5.899	16.000	3.415
08.02.2013	31.12.2019	CDI + 1,700% a.a.	50.000	26.181	50.000	17.159
24.06.2013	31.12.2019	CDI + 1,700% a.a.	25.000	12.085	25.000	7.693
15.01.2014	31.12.2019	CDI + 1,400% a.a.	45.000	18.031	45.000	10.709
25.06.2014	31.12.2019	CDI + 1,400% a.a.	40.000	13.702	40.000	6.803
			229.022	128.661	270.000	134.473

No decorrer do exercício findo em [31 de dezembro de 2016], a Sociedade reconheceu o montante de [R\$1.052] a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de [R\$851] relativos ao rateio da Holding, que totalizam [R\$1.903 (R\$1.816 em 31 de dezembro de 2015)],

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de março de 2016, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.307 e R\$2.323.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

Notas Explicativas S.A.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os [exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015] é conforme segue:

	31.12.2015	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2016
Cíveis	304	2.252	(452)	(1.355)	749
Trabalhistas	250	920	(196)	(311)	663
Regulatórias (*)	-	2.954	-	-	2.954
Total	554	6.126	(648)	(1.666)	4.366

	31.12.2014	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2015
Cíveis	411	1.583	(409)	(1.281)	304
Trabalhistas	199	294	(175)	(68)	250
Regulatórias (*)	-	-	-	-	-
Total	610	1.877	(584)	(1.349)	554

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$2.954.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$816 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.931 em 31 de dezembro de 2015).

Os depósitos judiciais no montante de R\$18.475 em 31 de dezembro de 2016 (R\$12.923 em 31 de dezembro de 2015) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infração impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é conforme segue:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	10.733	-	30.666	93.091
Adições/Reversões (a)	(9.561)	13.460	-	14.166
Utilizações	(189)	-	-	-
Ajuste a valor presente	2.532	-	(2.190)	6.629
Transferências	28.219	28.711	(28.219)	(28.711)
Saldo em 31.12.2016	<u>31.734</u>	<u>42.171</u>	<u>257</u>	<u>85.175</u>

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2014	45.076	-	-	72.152
Adições/Reversões (a)	(276)	-	-	16.756
Utilizações	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	(3.423)	-	22	4.183
Transferências	(30.644)	-	30.644	-
Saldos em 31.12.2015	<u>10.733</u>	<u>-</u>	<u>30.666</u>	<u>93.091</u>

(a) Refere-se à reversão de provisão dos investimentos futuros em sistema de pesagem móvel, conforme ofício expedido pela ANTT número 431/2016/GEINV/SUINF de 12 de abril de 2016, contendo o parecer técnico número 078/2016/GEINV/SUINF.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 é de R\$706.001, integralizado pelo valor de R\$726.001 (R\$473.001 em 31 de dezembro de 2015), composto por 878.955.396 ações ordinárias e sem valor nominal (505.442.685 em 31 de dezembro de 2015).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.01.2016	AGE	Dinheiro	14.476.684	11.000	11.000
22.02.2016	AGE	Dinheiro	6.720.430	5.000	5.000
21.03.2016	AGE	Dinheiro	16.000.000	12.000	12.000
05.04.2016	AGE	Dinheiro	6.963.788	5.000	5.000
05.05.2016	AGE	Dinheiro	7.142.857	5.000	5.000
20.05.2016	AGE	Dinheiro	7.215.007	5.000	5.000
06.06.2016	AGE	Dinheiro	7.352.941	5.000	5.000
14.06.2016	AGE	Dinheiro	186.567.164	125.000	125.000
05.07.2016	AGE	Dinheiro	7.440.476	5.000	5.000
20.07.2016 (*)	AGE	Dinheiro	113.636.364	75.000	55.000
			<u>373.515.711</u>	<u>253.000</u>	<u>233.000</u>

(*) Em 20 de julho de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$75.000, mediante a emissão de 113.636.364 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$55.000 em dinheiro até 31 de

Notas Explicativas S.A.

dezembro de 2016, e o valor restante de R\$20.000 será integralizado em até seis meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	31.12.2016	31.12.2015
Receita de serviços prestados	262.593	242.129
Receita de serviços de construção	150.406	204.206
Outras receitas (*)	12.811	23.425
	<u>425.810</u>	<u>469.760</u>

(*) Outras receitas, advindas da exploração da faixa de domínio, são oriundas quase na totalidade de aluguel de dutos para fibra óptica ao longo da rodovia. A maior parte do aumento para o primeiro trimestre foi pontual, visto que houve acordo de cobrança retroativa de clientes, visto o encerramento de negociações e assinatura de contrato neste ano.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Receita bruta	425.810	469.760
ISSQN	(13.409)	(12.916)
PIS	(1.917)	(1.961)
COFINS	(8.844)	(9.050)
Outras deduções	(537)	(3)
Receita líquida	<u>401.103</u>	<u>445.830</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas:		
Com pessoal	(8.859)	(10.619)
Serviços de terceiros	(2.559)	(2.744)
Manutenção de bens e conservação	(833)	(172)
Depreciação / Amortização	(1.188)	(1.046)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(5.478)	(1.293)
Comunicação e marketing	(1.192)	(1.006)
Seguros/Garantias	(18)	-
Consumo	(948)	(901)
Transportes	(598)	(577)
Outros	<u>(1.609)</u>	<u>(2.236)</u>
Total	<u><u>(23.282)</u></u>	<u><u>(20.594)</u></u>
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(150.406)	(204.206)
Com pessoal	(31.415)	(30.935)
Serviços de terceiros	(28.956)	(29.256)
Conservação	(23.764)	(25.176)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(2.294)	(873)
Consumo	(9.542)	(8.018)
Transportes	(8.218)	(8.405)
Verba de fiscalização	(13.230)	(11.984)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(740)	(1.285)
Seguros / Garantias	(3.888)	(4.317)
Provisão de manutenção em rodovias	(27.626)	(16.756)
Depreciação / Amortização	(89.745)	(76.835)
Outros	<u>(3.155)</u>	<u>(2.148)</u>
Total	<u><u>(392.979)</u></u>	<u><u>(420.194)</u></u>

Notas Explicativas S.A.**21. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	5.755	7.662
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	4.951
Juros ativos	-	404
Outras receitas	1.474	70
Total	<u>7.229</u>	<u>13.087</u>
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(123.527)	(109.087)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(6.199)	(5.733)
Outras despesas	(2.968)	(1.971)
Total	<u>(132.694)</u>	<u>(116.791)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	27.651	30.525
Integralização de capital – reservas de lucro	-	10.000
Juros capitalizados	8.279	12.062
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(25.717)	(37.665)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	31.12.2016	31.12.2015
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(94.206)	(66.371)
Número de ações durante exercício	<u>712.277</u>	<u>396.776</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,1323)</u>	<u>(0,1673)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2016			31.12.2015		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	-	12.230	-	-	13.846	-
Partes relacionadas	Nível2	-	-	-	1.004	-	-
Contas a receber clientes	Nível2	27.010	-	-	27.538	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	-	24.767	-	-	21.203	-
Outras contas a receber	Nível2	261	-	-	268	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível2	-	-	36.464	-	-	28.924
Empréstimos e financiamentos	Nível2	-	-	626.708	-	-	591.852
Debêntures	Nível2	-	-	65.719	-	-	114.890
Partes relacionadas	Nível2	-	-	386.673	-	-	429.040
Taxa de fiscalização	Nível2	-	-	1.132	-	-	1.039
Outras contas a pagar	Nível2	-	-	4.927	-	-	1.180
		<u>27.271</u>	<u>36.997</u>	<u>1.121.623</u>	<u>28.810</u>	<u>35.049</u>	<u>1.166.925</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Notas Explicativas S.A.

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em [31 de dezembro de 2016 e de 2015], a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em [31 de dezembro de 2016], a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,00%	12,50%	15,00%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(43.901)	(54.869)	(65.834)
Receita de aplicações financeiras	2.737	3.421	4.106
Juros a incorrer líquido(*)	(41.164)	(51.448)	(61.728)
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(47.325)	(59.156)	(70.987)
Juros a incorrer líquido(*)	(47.325)	(59.156)	(70.987)
Juros a incorrer (*)	<u>(88.489)</u>	<u>(110.604)</u>	<u>(132.715)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$12.426 (R\$12.376 em 31 de dezembro de 2015) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas

Notas Explicativas

obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
Debêntures - IPCA	12,28%	-	2.972	5.910	5.908	96.634	111.424
Finame	6,00%	262	248	119	-	-	629
BNDES Automático	8,21%	103.387	103.548	105.597	107.999	485.709	906.240
		<u>103.649</u>	<u>106.768</u>	<u>111.626</u>	<u>113.907</u>	<u>582.343</u>	<u>1.018.293</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2017	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	Total
Finame	6,00%	66	66	66	66	262
BNDES Automático	8,21%	25.847	25.847	25.847	25.847	103.387
		<u>25.912</u>	<u>25.912</u>	<u>25.912</u>	<u>25.912</u>	<u>103.649</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	165.062

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$3.155.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

Data	Aprovação	Ações emitidas	Valor	Valor integralizado
20.02.2017	AGE	35.947.712	22.000	8.000
06.02.2017	AGE	6.535.948	4.000	4.000
			<u>26.000</u>	<u>12.000</u>

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
05.01.2017	AGE	7.000
20.01.2017	AGE	13.000
06.03.2017	AGE	5.000
		<u>25.000</u>

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Fernão Dias S.A

Pouso Alegre - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos a seguir e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (TAG) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no TAG e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do ativo intangível ao seu valor recuperável

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e obras realizadas nas rodovias e representa 88% do total do ativo. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Sociedade, que está em fase inicial do contrato de concessão, e que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas, para avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Sociedade, em especial àquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. Examinamos também a adequação das divulgações da Sociedade, incluindo as premissas às quais o resultado do teste de recuperação de ativos é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo sobre o valor recuperável do ativo intangível. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa 2 "Concessões" que evidencia a natureza da concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos, e na nota explicativa 10 "Intangível", que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais saldos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados podem ser realizados. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria porque o processo de avaliação da realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferido envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas fiscais. Avaliamos se estas estimativas justificam uma expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas 4 "principais práticas contábeis" e 7 "Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos" sobre os impostos diferidos reconhecidos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe a incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

nº 1 SP 253932/O-4

CRC

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Thouche Tohmatsu Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/

Diretor de Relação com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses”.